

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS - CDHM

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

(Do Sr. PADRE JOÃO)

Requer a realização de audiência pública para debater suposta violação de liberdade de expressão e sindical no judiciário brasileiro.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro audiência pública para debater suposta violação de liberdade de expressão e sindical no judiciário brasileiro.

Solicitamos sejam convidados(as) para composição da mesa de debates os(as) seguintes expositores(as):

- Presidente do Conselho Nacional de Justiça-CNJ;
- Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais-TJMG;
- Federação Nacional dos Servidores do Judiciário Federal e Ministério Público da União – FENAJUFE;
- Presidente do SERJUSMIG- Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais;
- Coordenador-Geral do SINJUS/MG - Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância do Estado de Minas Gerais;
- Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil;

- Organização Internacional do Trabalho no Brasil – OIT no Brasil;
- Associação dos Magistrados Mineiros - AMAGIS; e
- Comissão Nacional de Direito Sindical da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

Chegou ao nosso conhecimento a informação que vários servidores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), entre eles, a atual Presidenta do Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais-SERJUSMIG, a Senhora Sandra Margareth Silvestrini de Souza, estão sendo processados administrativa e judicialmente pelo ex-Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais-TJMG, Desembargador Pedro Bittencourt, pelo fato de terem compartilhado em seus respectivos perfis do *facebook* a matéria da Revista Época n. 888, em que o mesmo figurava na lista dos supersalários pagos pelo TJMG, a magistrados.

Essa perseguição aos servidores do Judiciário e ao Sindicato citado se deu ao fato do SERJUSMIG ter encampado campanha salarial pela revisão geral de remuneração de 2015, que buscava a igualdade de tratamento a magistrados e servidores quanto à destinação de recursos financeiros por parte do TJMG.

Diante de supostas violações de liberdade de expressão e sindical no judiciário brasileiro e em apoio à luta dos dirigentes e filiados do SERJUSMIG, a Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados – FENAJUD, apresentou denúncia junto à Organização Internacional do Trabalho, durante a 106ª Conferência Internacional do Trabalho realizada em Genebra-Suíça, no corrente ano.

Pretende-se com a realização da presente audiência pública entender melhor essa suposta perseguição de autoridade(s) do Judiciário com muitos de seus próprios servidores e, restando configurada essa grave violação de direito, exigir dos órgãos públicos competentes as medidas cabíveis de investigação e punição dos culpados.

Assim, contamos com o apoio dos nobres Pares, para aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2017.

Deputado Federal PADRE JOÃO (PT/MG)